

## APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do colóquio Subjetivações e Gestão dos Riscos na Atualidade, realizado no dia 17 de outubro de 2014 no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Promovido pelo grupo Epos – Genealogias, Subjetivações e Violências, coordenado por Joel Birman, o evento contou com a participação de diversos pesquisadores numa interlocução interdisciplinar (filosofia, psicanálise, epidemiologia, saúde coletiva, antropologia e psicologia) e teve como objetivo divulgar e apreciar criticamente pesquisas sobre as modalidades de gestão dos riscos e suas ressonâncias nas formas de subjetivação contemporâneas. Dadas a importância e a atualidade desse tema, o grupo Epos decidiu publicar o texto revisto de oito das contribuições feitas na ocasião, de modo a levar a um público ampliado os profícuos e instigantes debates travados durante aquela jornada de trabalho.

Ainda que os mecanismos biopolíticos que regulam o agenciamento das formas de vida subjetiva e social na atualidade não tenham solapado os mecanismos disciplinares, estes cada vez mais se subsomem à obstinada preocupação com o monitoramento e a intervenção dos (e sobre os) riscos na sociedade contemporânea. Transformações no âmbito das instituições e dos saberes médicos e psiquiátricos, reconfigurações do encarceramento e da incapacitação seletiva, bem como a criação de novos recursos de regulação, quer da circulação de indivíduos e grupos sociais em (entre) determinados territórios, quer do fluxo de informações, fornecem problemáticas em que se podem analisar as estratégias e táticas pelas quais a gestão dos riscos atravessa as formas de subjetivação no capitalismo tardio. Em tal contexto, a medicalização, a judicialização e as políticas de extermínio se destacam como as principais estratégias reguladoras da politização da vida na atualidade.

Abre este livro o texto de Joel Birman “Genealogia do trauma e formas de subjetivação na contemporaneidade”, fruto da conferência de abertura do evento. Birman mostra que a gestão dos riscos é o mecanismo que organiza uma socie-

dade centrada na figura da “vítima”, surgida em substituição à de cidadão, no final dos anos 1980, com o advento do neoliberalismo. Partindo da análise das descontinuidades em torno da noção de trauma, as quais englobam os acidentes de trabalho no início do capitalismo industrial, sua associação com a sedução e a identificação da pulsão de morte pela psicanálise nas neuroses traumáticas nos anos 1920, assim como suas ressonâncias na noção de estresse, ele afirma que a periculosidade se virtualiza e se generaliza, rearticulando, de modo inovador, trauma, estresse e risco.

À luz dessa análise, declinam-se então algumas vias interpretativas sobre as configurações contemporâneas da biopolítica e suas marcas nas formas de subjetivação surgidas em tal contexto, tornando de suma importância a análise epistemológica e político-discursiva do conceito de risco. Na segunda parte do livro, intitulada *O risco em questão*, Luis David Castiel, em “As fantasmagorias dos riscos à saúde e o presente do futuro: hiperprevenção preemptiva, terapeuticalização, automonitoramento”, analisa a lógica que preside as práticas hiperprevencionistas na atualidade, em que a virtualidade probabilística própria ao conceito de risco é tomada por algo real. Nesse contexto, ele nos guia por um conjunto substancial de táticas que agenciam os sujeitos num automonitoramento ampliado e intensificado pelas tecnologias digitais, segundo uma análise que articula argumentos econômicos (relacionados ao complexo médico-industrial) e normativos (capturados pela moralidade das prescrições médico-sanitárias). Tais experiências acabam impulsionando uma inversão valorativa entre vida e saúde, na qual se pretende sujeitar a primeira aos ditames da segunda, haja vista ordenar-se por táticas biopolíticas que engendram um “presente do futuro” guiado por uma ética utilitarista a coordenar ações normalizadoras no âmbito da saúde.

Em interlocução com essa segunda contribuição, encontra-se o texto “O conceito de risco”, de Paulo Vaz, no qual explora-se a polissemia do conceito de risco, segundo uma perspectiva genealógica e a utilização de práticas de saúde, punição e responsabilização do Estado como lastro para a reflexão. Vaz parte da análise da emergência do termo “risco” no século XVI para problematizar a relação que ele mantém com a repetição e a temporalidade, na qual se assenta sua leitura sobre as transformações nos modos de agenciamento decorrentes do Estado neoliberal.

A terceira parte, *Vidas medicalizadas e razão diagnóstica contemporânea*, concentra uma reflexão crítica sobre a administração dos riscos protagonizada pela psiquiatria em suas transformações epistemológicas e políticas ocorridas nas últimas décadas, e que se alinham ao lançamento da quinta edição do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM-5) em 2013. Em “O campo

de provas da depressão”, Orlando Coser aborda a depressão como um campo de provas para a indústria farmacêutica. Partindo da fundamentação clássica do padecimento depressivo no final do século XIX, acompanha as transformações nele empreendidas a partir da década de 1980 e o seu apogeu nos primeiros anos do século XXI. Assim, não apenas dissecas as estratégias utilizadas pela indústria farmacêutica para manter sua cadeia de produção ativa e lucrativa, como também revela implicações dessas estratégias para a saúde individual e coletiva. Adicionalmente, Coser fornece uma contribuição ao debate sobre os condicionantes político-econômicos para as mudanças na clínica psiquiátrica ao longo do período estudado.

Cristiane Oliveira ajuda a compor um mosaico crítico das problemáticas engendradas pela (e através da) psiquiatria contemporânea. Em “Luto, subjetivações e biopolítica contemporânea”, toma o mapeamento do campo de batalha das “evidências” psiquiátricas em torno do luto e de sua codificação nas três últimas versões do DSM como via de acesso para as transformações verificadas nos objetos e nas estratégias na história recente do campo psiquiátrico, em que estão na berlinda os conceitos de normalidade e patologia, ambos norteadores do modelo de clínica que orientou a psiquiatria até a metade do século XX. Seu texto procura oferecer algumas linhas de um quadro interpretativo das táticas de normalização para as quais o luto serve de caso, valendo-se da interlocução entre a psicanálise de extração tanto freudiana quanto lacaniana, de um lado, e das contribuições filosóficas de Michel Foucault e de Judith Butler sobre a biopolítica contemporânea, de outro.

Em “Variações sobre vítimas e medicalização”, Analicia Martins torna visível a relação entre vitimização e medicalização. Na construção de sua argumentação, aborda algumas críticas e polêmicas envolvidas nas mudanças ocorridas na concepção de doença mental presente no DSM, bem como a multiplicação de novas categorias diagnósticas e suas interfaces com a indústria farmacêutica. Desse modo, analisa a figura da vítima como um dos vetores da ampliação dos domínios do saber psiquiátrico na atualidade, em especial aquela que se produz na interseção entre a judicialização e a medicalização da vida.

Por fim, a quarta parte do livro, *Sexualidades, medicalização e subjetivações*, trata do agenciamento contemporâneo do sexo com base nos discursos jurídico e médico-sanitário. Em “O perigo da pedofilia: o poder e os riscos dos monstros e dos medos”, Laura Lowenkron problematiza a força política e os riscos do “medo” ou dos “pânicos morais” como uma das formas privilegiadas de governo da sexualidade, isto é, dos corpos, dos afetos, das relações e dos desejos. A partir de uma etnografia da chamada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pedofilia, realizada entre 2008 e 2010 no Senado Federal brasileiro, propõe uma

análise minuciosa da apresentação do pedófilo como monstro contemporâneo. Desse modo, aborda a construção da pedofilia como problema social na arena política brasileira contemporânea e em seus bastidores burocráticos, conforme uma análise genealógica sobre como o problema da “violência sexual contra crianças” se constituiu em suas particularidades históricas. Já Rita Flores Müller, ao investigar as incidências biopolíticas sobre a gestão da população masculina no Brasil em “A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: estratégias de sensibilização e gestão do masculino”, propõe uma discussão acerca das estratégias de sensibilização de homens que se encontram no discurso de tal política. Nesse enredo, destacam-se, como se encontram delineadas nos objetivos específicos do seu primeiro biênio de ação (2009–2011) sob o controle do Ministério da Saúde, duas estratégias: a vasectomia e o pré-natal masculino.

Vozes discordantes do *establishment* político-científico de nossos dias, os textos aqui coligidos, assim como o conjunto de suas ressonâncias e dissonâncias em torno da questão do risco, constituem um esforço de resistência. Tal esforço pretende atuar nas brechas do reducionismo fisicalista e do essencialismo biológico presentes nos discursos e práticas da medicina e da psiquiatria contemporâneas em sua capilarização no tecido social, nas instituições do Estado e nas cadeias de mercantilização da saúde. Com efeito, pretende questionar e subverter a naturalização com que as formas de vida, pavimentadas pela expertise científico-jurídica, têm sido iniquamente medidas e agenciadas.

*Cristiane Oliveira*  
*Rita Flores Müller*